

TRADUÇÕES

É POSSÍVEL COMEMORAR A REVOLUÇÃO EM LYON?*

Bruno Benoit**

*Tradução: Charles Monteiro****

Ao fazer funcionar o filtro da memória coletiva – ao menos aquele da memória coletiva promovida ou reativada por ocasião das celebrações memoriais –, o pesquisador não pode pretender escapar às controvérsias que suscitam o tomar em conta e a interpretação dos acontecimentos lioneses no período entre 1789-1795. Esta controvérsia não cessa de se deslocar, os interesses em jogo pesando sobre as reescrituras da história, as recepções da herança, as manipulações da memória. Em qualquer dos casos, não se pode escapar à questão das propriedades mesmas do espaço cívico estudado e à exigência de pensar a “comemorabilidade” da Revolução.

Ocorre que a situação dessa cidade é única: ainda que a contra-revolução tenha sido um fenômeno rural atingindo os campos e as pequenas cidades, que as cidades girondinas tenham conhecido apenas uma fronda passageira em 1793, Lyon, a segunda cidade da França, entra em guerra contra a Revolução. Ela foi castigada, sua população dizimada, suas casas demolidas, seu nome suprimido. Como, depois de tudo isso, comemorar a ação dos carrascos? Entretanto, comemorou-se ao longo de todo o século XIX, por ocasião do Centenário e também do Sesquicentenário. Descobriu-se, então, não “uma”, mas “as” memórias lionesas. E o tabu de não comemoração apareceu, não como resultado de uma interdição, mas como o produto de duas forças que se neutra-

* Publicado em *Politique de la mémoire. Commémorer la Révolution*. Sob a direção de Jean Davallon, Philippe Dujardin, Gérard Sabatier. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1993.

** Mestre de conferências no Instituto de Estudos Políticos (IEP) e Centro Pierre Léon de História Econômica e Social da Universidade Lumière (Lyon 2).

***Doutorando no Programa de Estudo Pós-Graduados em História da PUC-SP e professor do Departamento de História da PUC-RS.

lizam: onde e como comemorar se os mesmos lugares podem ser investidos de duas memórias antagônicas? É esta situação “física”, de forças opostas com resultante nula, que se registrará aqui. Mas para começar faz-se necessário um balanço sumário dos acontecimentos para que se compreenda as heranças em disputa.

Os acontecimentos revolucionários em Lyon

De 1789 a 1799, Lyon atravessa a Revolução de maneira muito particular; os acontecimentos lioneses se articulam ao redor de uma cronologia bastante original, em que as tensões servem de fio diretor: a agitação, as convulsões e a repressão¹.

Antes mesmo dos tempos revolucionários, sente-se a exasperação social entre tecelões e os comerciantes-fabricantes lioneses. Em 1744 e, depois, em 1786, violentas ações são desencadeadas pelos operários da seda para reclamar a fixação de uma tarifa, ou seja, de preços que lhes permitissem viver decentemente. Como em outras oportunidades, a tentativa fracassou e a situação social permaneceu tensa no seio da Fábrica lionesa, o primeiro empregador da cidade.

A crise econômica dos anos 1787-1789 exacerba as tensões sociais, colocando na ordem do dia a questão dos impostos (*octrois*) que o Consulado lionês não cessou de majorar ao longo de todo o século XVIII. De julho de 1789 a julho de 1790, as barreiras do imposto, símbolos da arbitrariedade do poder, mas também da carestia de vida, são o motivo de violências entre o povo lionês e as autoridades municipais apoiadas pelo exército real.

O clima se degrada ainda mais após a aplicação, em outubro de 1790, da Constituição civil do clero. Igreja e fiéis lioneses se dividem. A guerra das Igrejas se desdobra em uma guerra dos bispos após a eleição, na primavera de 1791, de Adrien Lamourette como bispo constitucional de Lyon, enquanto Monsenhor de Marbeuf, arcebispo de Lyon, está no exílio. As paixões religiosas estavam, então, no coração da agitação entre o Rhône e o Saône², e rompem assim a harmonia, mais aparente que real, que reinava em Lyon depois da festa da Federação nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1790.

1 B. Benoit e R. Saussac. *Guide historique de la Révolution à Lyon 1789-1799*. Ed. de Tréveux, 1988.

2 Nomes dos rios Rhône e seu afluente Saône que cortam a cidade de Lyon e delimitam a área central da cidade, formando uma “quase ilha” onde se localizavam a prefeitura e muitas oficinas fabris, naquela época (N. do T.).

As eleições que permitem a designação dos membros das novas administrações municipais e departamentais – o departamento do Rhône-et-Loire tendo sido criado em janeiro de 1790 – ocorrem, respectivamente, em fevereiro e maio de 1790. Se no início os grandes burgueses, como o primeiro prefeito de Lyon, o Sr. Palerne de Savy, dividem a direção das duas administrações, as novas eleições modificam a paisagem política. Desde então um conflito de autoridade opõe a municipalidade lionesa, mais engajada na Revolução, ao Departamento, sempre mais moderado. Este conflito é agravado pela existência de um coquetel detonador:

De um lado, a ação de Joseph Chalier, oficial municipal que incomoda com suas visitas domiciliares muitos lioneses. Estes últimos, por serem numerosos a participarem das seções da Sociedade popular dos amigos da Constituição, sentem-se muito mais próximos das idéias de Roland de la Platière, revolucionário moderado.

De outro lado, os conspiradores realistas, que eram ativos em Lyon, especialmente na pessoa do antigo primeiro magistrado municipal Imbert-Colomès (*échevin*), que, apesar do fracasso da conspiração de dezembro de 1790, mantêm-se influentes.

Enfim, os acontecimentos parisienses, que não deixam os lioneses indiferentes. A fuga do rei, mas sobretudo sua queda, conhecida em Lyon em 14 de agosto de 1792, inaugura um novo período.

Durante os 14 meses que se estendem entre o verão de 1792 e o outono de 1793, as tensões até então contidas se desencadeiam.

Chalier exerce, por intermédio de seus amigos dos clubes de seção, uma pressão sobre a municipalidade lionesa, moderada demais para seu gosto. Depois de numerosas manifestações, cujo ápice ocorre em 6 de fevereiro de 1793, Bertrand, amigo de Chalier, torna-se em março prefeito de Lyon. Se os partidários de Chalier conquistam desde então o controle da cidade, a maioria da população não aprecia o seu programa sociopolítico baseado na palavra de ordem estoura: “Morte aos ricos”. O abcesso estoura em 29 de maio de 1793. As seções moderadas tomam a municipalidade e prendem Chalier. Ora, para sua infelicidade, no mesmo momento, era decretado pelos deputados montanheses um mandato de prisão contra os girondinos. Lyon se rebela contra Paris, a República e a Revolução.

A ruptura é consumada após a execução de Joseph Chalier em 16 de julho de 1793, o primeiro a ser guilhotinado em Lyon. O cerco à cidade começa em 7 de agosto e termina em 9 de outubro, após rudes combates entre os lioneses, comandados pelo realista Précy e o exército da Convenção.

A repressão de outubro de 1793 (Brumário ano VIII) liderada por Couthon, depois por Fouché e por Collot d'Herbois, tem a ambição de atingir através da rebelião lionesa todos os contra-revolucionários, federalistas ou não. Ela é, por causa disso, implacável. Antes mesmo da tomada de Lyon, o representante em missão, Dubois-Crancé, foi chamado, pois preferia o cerco e a fome a tomar de assalto a cidade! Pelo decreto de 12 de outubro de 1793 ("Lyon fez a guerra à liberdade, Lyon não existe mais"), a cidade de Lyon é submetida às picaretas dos demolidores e rebatizada "Cidade (Comuna) Libertada". Os lioneses condenados pela Comissão revolucionária são guilhotinados na Praça des Terreaux, depois, para acelerar o processo, em dezembro de 1793, metralhados na planície des Brotteaux. A repressão contabiliza ao redor de 1800 mortos.

Após o Termidor, a caça aos *mathevons*, termo que designava todos os jacobinos, substitui a caça aos *muscadins* numa cidade que, depois de 7 de outubro de 1794, recupera seu nome mas está em parte arruinada. O Terror branco, organizado pelos Companheiros de Jéhu, atinge em Lyon uma cifra ao redor de 400 mortos e, sobretudo, sua reputação aos olhos da República ditatorial, que a consideraria como centro de anti-republicanismo. Não é então de admirar que, pelo decreto de 14 Pluvioso ano VI (2 de fevereiro de 1798), a cidade de Lyon seja colocada em estado de sítio.

Compreende-se, assim, que a metrópole lionesa não espere mais nada do Diretório. Suas esperanças se voltam para um regime menos republicano. Bonaparte, de passagem por Lyon em 13 de outubro de 1799, não seria o general vitorioso que poderia devolver a Lyon sua grandeza e riqueza?

As ambigüidades lionesas

O desenrolar da Revolução em Lyon levanta, nestes 200 anos, questionamentos que, mais no sentido polêmico do que no da verdade histórica, consumiram muita tinta. Com efeito, a Revolução em Lyon evidencia ambigüidades: o ano de 1789, Lyon cidade-realista; e o anti-republicanismo de Lyon no momento da sublevação. Estas ambigüidades são alguns dos obstáculos a uma comemoração unânime.

Porque não houve algo como a tomada da Bastilha, numerosos são os que pensam que em Lyon em 1789 nada se passou. Daí a dizer que Lyon é uma cidade calma, onde a Revolução foi introduzida por estrangeiros, quer dizer por não-lioneses, é apenas um passo.

De 1789, se não se pode dizer que foi para Lyon um “ano sem paralelo”, tampouco deixou de ser um dos mais significativos. A ausência de verdadeiras jornadas revolucionárias, ainda que tudo parecesse levar a isso, coloca a questão da originalidade lionesa no espaço francês do Antigo Regime e da Revolução. Ainda mais que as aspirações e as relações de força expressas durante esse ano deixam entrever que a Revolução terá aí seu próprio ritmo. Aquele de uma revolução começada e que terá um efeito explosivo de ação retardada.

Lyon e seus arrabaldes atingem, em 1789, 150 mil habitantes, ou seja, 50 mil a mais que no início do século XVIII. Esse crescimento da população, considerando o alto índice de mortalidade, é decorrente sobretudo do grande afluxo de migrantes das províncias vizinhas, francesas ou não, em busca de trabalho. Ora, em 1789, uma grave crise afeta a Fábrica lionesa, fonte essencial de renda direta e indireta da população. Existe em Lyon, às vésperas da Revolução, segunda maior cidade francesa e primeira por suas manufaturas, uma situação de marasmo econômico redobrado por uma disputa social: a não aplicação de uma tarifa³. Esta situação explosiva permite falar em barril de pólvora.

Esse barril de pólvora lionês não tem detonador em 1789, pois Lyon carece de elites políticas, faltam-lhe um Parlamento, uma universidade ou corte soberana. Lyon, apesar de seu dinamismo econômico, não é de fato uma verdadeira capital de província; ela depende muito de Paris, de seu Parlamento e da boa vontade real. Lyon, sem poder próprio e longe do poder central na França do Antigo Regime, é uma cidade sem uma identidade política e sem base de contestação. No plano cultural, as sociedades não canalizaram para elas os elementos mais ativos da economia. O fechamento sociocultural lionês, em que o mundo que gerencia e o mundo que pensa se ignoram mutuamente, é rompido parcialmente nas lojas maçônicas. Porém, por serem lugares de discussão, essas lojas não são necessariamente lugares de contestação, pois elas se voltam antes para o misticismo que para o debate político.

Se a Revolução não estourou em Lyon em 1789 é porque a cidade, apesar das tensões que a agitaram, não tinha então ambições políticas. Esta contradição entre um setor econômico próspero e uma vida política morna não impede que o ano de 1789 tenha sido palco de acontecimentos reveladores dos dilaceramentos futuros.

3 M. Garden. *Lyon et les Lyonnais au XVIII^e siècle*. Paris, Les Belle-Lettres, 1970.

Desse ponto de vista, a questão dos impostos não poderia ser lida como a terceira rodada de um jogo começado em 1744 entre os lioneses e uma parte da burguesia? Estes levantes não são jornadas revolucionárias, mas eles permitem opor, desde 1789, os partidários das reformas, como um Roland de la Platière, àqueles que a elas se opunham, como um Imbert-Colomès.

Da mesma forma, a oposição entre Lyon e a “região plana” – estabelecida a partir da designação dos deputados do Terceiro Estado aos Estados Gerais – não seria reveladora da rejeição do campo à dominação econômica de Lyon?

É necessário então insurgir-se contra essa lenda, testemunha da amnésia lionesa, que gostaria de afirmar que a Revolução em Lyon veio de Paris. Desde 1789, a cidade de Lyon guardava os germens da violência econômica, social e política.

Durante a Revolução, a cidade de Lyon foi realista? É verdade que a partir de 1790 Lyon teve a reputação de ser uma cidade branca⁴. O que significa isso realmente: má reputação ou verdade? Quando se sabe que Lyon é uma cidade profundamente burguesa, o problema torna-se tão interessante quanto ambíguo!

A trama dessa questão se tece ao redor da personalidade de Jacques Imbert-Colomès. Esse burguês lionês, nascido em 1729, negociante e filho de negociante, primeiro magistrado municipal [*échevin*] de Lyon em 1789, apresenta-se como defensor da ordem ante o levantamento popular. No momento dos levantes contra as licenças em julho, ele cria companhias de voluntários, mais conhecidas como *muscadins*. Em 1789, a porta da nobreza, finalmente, abrir-se-ia para ele. É essa nobreza, ainda que de *cloche*⁵, logo, mais burguesa que realmente aristocrática, que detém o poder local. A Revolução, ao arruinar as suas pretensões de enobrecimento, empurra-os em direção à contra-revolução. Imbert-Colomès encarnou, e isto desde 1789, a resistência lionesa à Revolução, na qual se misturaram motivos de cunho econômico, social e religioso. Obrigado, ante o descontentamento popular, a deixar catastróficamente Lyon e o poder local, ele se torna a alma da agitação realista, explorando todas as oportunidades conjunturais e geográficas.

4 Ou seja, defendeu a legitimidade do rei e do Antigo Regime (N. do T.).

5 Fidalgo do Sino, nobreza do Sino, descendentes de prefeitos e *échevins* nas cidades em que esses cargos enobreciam (eles eram assim chamados pois as assembleias municipais eram convocadas ao som do sino do campanário da prefeitura). Esses “nobres” eram caçados, esnobados e desprezados pelos nobres da corte, os nobres do clero e da magistratura (N. do T.).

Depois dos levantes de julho de 1790, as tropas comandadas por M. de la Chapelle e outros oficiais realistas, chegam a Lyon para manter a ordem. Alguns meses mais tarde, em dezembro, uma conspiração realista é descoberta, implicando estes oficiais e algumas famílias lionesas, como os Guillin de Pougelon ou os Savaron de Chamousset. Por trás desta conspiração deve-se ver a ação de Jacques Imbert-Colomès.

Por ocasião do levante de Lyon, a comissão popular que assume em 30 de junho de 1793 nomeia o coronel realista Perrin-Précý chefe do exército lionês: “O nome do general em chefe das forças lionesas foi indicado por Imbert-Colomès. Apesar de uma significativa oposição, a nomeação foi mantida...”⁶. Quem mais seria, senão o genro de Imbert-Colomès, M. Marest de Saint-Pierre, que foi deputado para ir informar Précý!

Após o Termidor ano II, os companheiros de Jéhu, responsáveis pelo Terror Branco lionês beneficiam-se da cumplicidade das autoridades, da mesma forma que Imbert-Colomès, que não tem nenhuma dificuldade para eleger-se como deputado ao Conselho do Quinhentos em 1797. Ora, em 1799, os Companheiros de Jéhu se estabelecem na rua Sainte-Catherine, a mesma onde residia Imbert-Colomès!⁷

A ambigüidade concernente a “Lyon cidade realista” pode ser superada. Existia, entre os rios Saône e Rhône, uma burguesia amante da ordem, respeitosa das autoridades religiosas e políticas tradicionais, que via o rei como único detentor de autoridade legítima. Esta burguesia se reconhece na figura de Imbert-Colomès. Lyon não é uma cidade realista, mas uma cidade onde os amigos do rei se beneficiam das simpatias de todos os inimigos da desordem. Sem serem majoritários, eles representam uma fração ativa da cidade de Lyon.

Historiograficamente, o levante de Lyon pertence à revolta federalista da primavera-verão de 1793. O olhar que é, desde então, dirigido à Revolução em Lyon, é ambíguo: a cidade não se colocou fora da República, gerando assim a repressão da Convenção? Não seria por que Lyon buscou ser mais que uma cidade da República que “Lyon não existe mais?”. Tal é, ao menos, a tese defendida pela Convenção, que se serve dessa justificativa para legitimar a repressão depois do cerco.

O levante lionês é, certamente, de uma grande heterogeneidade, ao misturar dados políticos, econômicos, sociais e culturais, e mesmo geopolíticos. Ele é a dominante moderada, animada pelos *Rolandins*, descentralizadores e liberais, que souberam rea-

6 R. Poidebard, *La vie agitée d'Imbert-Colomès*. Lyon, Société des Bibliothèques lyonnaises, 1942, p. 90.

7 Arquivos Nacionais, F/1bII/Rhône 2.

grupar o essencial da população lionesa a partir do medo desencadeado pelo discurso anti-ricos de Chaliier e que serve como cimento à união. Aquela que tinha se manifestado no levante de seção de 29 de maio. Um grupo minoritário mas ativo é formado pelos amigos da antiga ordem, inimigos da desordem revolucionária, em que se colocavam lado a lado realistas nostálgicos, católicos ultrajados e negociantes coléricos. A estes dois grupos se amalgama todo um conjunto de individualidades, desde o democrata hostil à ditadura montanhesa até o lionês agredido pelo parisianismo dominador, passando por todas as nuances da paisagem política local.

Até bem tarde no levante, Lyon não cessa de afirmar sua ligação à República ao mesmo tempo que se negava a reconhecer a legitimidade da Convenção. Neste caso não pode haver ambigüidade sobre o anti-republicanismo de Lyon. Lyon é uma cidade republicana moderada que contestava a ditadura dos montanheses em Paris. A Convenção não pode aceitar essa oposição, mesmo sendo republicana. Lyon é então tratada de cidade rebelde, federalista, anti-republicana, contra-revolucionária. Essa acusação é facilmente sustentada, tendo em vista as decisões pouco moderadas tomadas em Lyon no mês de julho de 1793: a nomeação de um realista como chefe do exército lionês, a execução de Chaliier três dias após o assassinato de Marat... Na ausência de um verdadeiro líder, os moderados lioneses são suplantados pelos elementos mais ativos, melhor organizados e mais determinados, os amigos de Imbert-Colomès.

Então, pode-se comemorar a Revolução em Lyon? Que Revolução: a Revolução em Lyon ou a Revolução Francesa? É evidente que a comemoração da Revolução Francesa em Lyon se defronta sempre com os corpos das 1800 vítimas da repressão. Assim sendo, ela não pode ser encarada de maneira tranqüila.

Qual “comemorabilidade” da Revolução em Lyon?

O que comemorar?

Atrás dessa simples questão existe uma significativa disputa. Comemorar a Revolução em Lyon ou a Revolução Francesa implica distintas heranças e diferentes memórias. Evidentemente, as cronologias revolucionárias lionesa e nacional não podem ser superpostas, as histórias são às vezes até mesmo antagônicas. O ano de 1793 fornece um bom exemplo. Este ano não termina gloriosamente para a Convenção, ela que soube vencer todos os perigos, dramaticamente para Lyon, pois “Lyon não existe mais”?

Para os lioneses, ao menos aqueles que olham para o lado da planície des Broteaux, seja por tradição ou por convicção, a Revolução Francesa reprimiu, brutalizou e arruinou Lyon. A Revolução não é lionesa, ela é estrangeira. Por que iriam eles comemorar um acontecimento que tentam exorcizar há 200 anos! São numerosos em Lyon os que, por fidelidade às suas raízes entre Saône e Rhône, recusam a Revolução Francesa sem saber, ou não querendo saber, que eles partilham as posições da Contra-Revolução. Sua memória, a do martirologio, oculta a realidade histórica, como tentou fazer seguidamente a historiografia da Revolução em Lyon desde Guillon de Montléon⁸.

Quem pode comemorar o quê?

Fora de todo o contexto de comemoração oficial, que pode depender dos acontecimentos interiores (1889) ou exteriores (1939), mas também da personalidade dos prefeitos, Gailleton, em 1889, e Herriot, em 1939, comemorar a Revolução Francesa em Lyon consiste em lembrar-se do que se passou na cidade mesmo sob a Revolução. Ora, de 1789 a 1799, os acontecimentos são numerosos e complexos, oferecendo a cada momento uma interface Revolução/Contra-Revolução, Chalier/Imbert-Colombès, Terror vermelho/Terror branco. Mas a Revolução moderada, essa dos Roland, Vitet e outra de Gilibert, foi estirpada da memória; esta operou seletivamente, valorizando o binômio violência/resistência à medida que a característica local e a expressão política da capital das Gálias⁹ é o “moderantismo”.

Tributária, de um olhar seletivo sobre o que realmente se passou e de uma memória parcial, a comemoração aparece sempre como um pseudo-labirinto. De fato, nele não se penetra senão munido de antemão de um itinerário marcado, indicando sempre 1793 e deixando de lado pedaços inteiros da Revolução em Lyon. Entretanto, vários outros acontecimentos podem oferecer a ocasião da rememoração, segundo a herança que se reivindique.

Presa entre rememoração e celebração, a comemoração não teria lugar em Lyon, ou poderia apenas ser, quanto a seu objeto, uma comemoração ambígua. Semelhante

8 A. Guillon de Montléon. *Mémoires pour servir à l'histoire de la ville de Lyon pendant la Révolution*. Paris, Gautier, 3 vol., 1824.

9 Lyon foi a capital das Gálias durante a dominação romana. Espaço que corresponderia, mais ou menos, segundo certa versão historiográfica, ao futuro território francês. Governaram-na Tibério e Galígula, entre outros futuros imperadores romanos.

ambigüidade facilita assim todas as recuperações, especialmente quando as autoridades locais e nacionais não partilham as mesmas opiniões.

Onde e quando comemorar?

A dificuldade do gesto comemorativo em Lyon concerne à qualidade particular de seu dispositivo memorial, a partir do momento em que o analisamos em termos de lugar de memória ou ainda de altos lugares. O que ocorre com esses objetos memoráveis, veneráveis? Uma vez ainda, sua característica é a ambigüidade. Por exemplo, a planície des Brotteaux, grande espaço festivo mas também lugar de fuzilamentos; a Praça des Terreaux-Liberté, coração revolucionário lionês (jornada das concessões de julho de 1790, lugar de execuções na guilhotina) mas também lugar de desafio e oposição à Revolução jacobina (jornada do 29 de maio de 1793). Enfim, a geografia simbólica não cessa de ser ambivalente¹⁰.

Parece, de qualquer maneira, que a memória “ferida”, essa que tem poder de evocação das horas dramáticas da resistência lionesa, tem uma faculdade superior de mobilização, não será senão em razão dos lugares que ela elegeu: eleição positiva, nos Brotteaux, a capela expiatória tendo resistido às arbitrariedades políticas e urbanísticas; eleição negativa, a Praça des Terreaux, alguns lioneses recusavam-se a atravessá-la, ainda há pouco tempo, para não pisar sobre a localização da guilhotina.

O outro “campo” parece não ter levantado outras alternativas a esta prática memorial. O Grande Campo, sítio da federação lionesa de maio de 1790, atualmente domínio universitário, não pode servir de Champ-de-mars; o castelo de Pierre-Scize não pode fazer o papel de Bastilha lionesa. Esta carência de âncora simbólica, por si só, não esclareceria a natureza do debate, nos anos 1880, versando sobre o princípio e a localização do monumento à glória da República? Ela não esclareceria, em si, a questão da fraca resistência que foi oposta, faz vinte anos apenas, sob pretexto de reformas urbanas, ao completo desmantelamento deste mesmo monumento? Em todo o caso, 1989, por seus adiamentos e seus silêncios, terá novamente atestado a admirável ambigüidade das propriedades memoriais do sítio lionês.

10 B. Benoit. “Un espace révolutionnaire: Lyon 1789-1799”, comunicação no 114º *Congrès des Sociétés Savantes*, abril de 1989.